



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

**Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.**

**O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA  
PERSPECTIVA MARXISTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

**Lauriane Borges Sampaio da Silva<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho tem por finalidade realizar uma análise dos movimentos sociais na perspectiva marxista, tendo como lócus o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O objetivo do artigo é analisar os movimentos sociais sob o prisma do marxismo tendo como referência MST, e se de fato o pensamento marxista contribui na análise dos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; MST; Marxismo.

**THE MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA  
IN THE MARXIST PERSPECTIVE OF SOCIAL MOVEMENTS**

**Abstract:** The purpose of this work is to analyze the social movements in the Marxist perspective, with the Landless Workers Movement (MST) as a locus. The aim of this article is to analyze social movements under the prism of Marxism with MST as reference, and if indeed Marxist thought contributes to the analysis of social movements.

**Keywords:** Social movements; MST; Marxism.

**Introdução**

Este artigo apresenta como pauta de reflexão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, objetivando compreender este movimento social organizado a partir da perspectiva marxista de apreensão dos movimentos sociais. Para tanto, se faz necessário compreender como a emergência e o desenvolvimento do movimento no país está relacionada às determinações próprias das especificidades da formação sócio-histórica brasileira, marcada pela desigualdade na distribuição de terras, pelo latifúndio e apropriação econômica do solo.

O Brasil é um dos países com maiores níveis de concentração de terras no mundo, sendo que em nosso território encontram-se os maiores latifúndios, manifestações que estão relacionados à profundas raízes históricas que se originam no início da ocupação portuguesa no Brasil no século XVI. Assim, a forma de colonização e os padrões de exploração da terra operada pelos colonizadores portugueses neste território

---

<sup>1</sup> Estudante de Mestrado de Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: <laurysampaio@hotmail.com>.

estabeleceram as raízes da desigualdade sócio-territorial que persiste no país até os dias atuais.

No Brasil, ao decorrer de cinco séculos de predominância do latifúndio, ocorreram também processos de luta e resistência popular. As lutas contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, a expulsão e a exclusão, marcam a história dos trabalhadores do campo. A resistência camponesa se manifesta em diversas ações e, nessa marcha, participa do processo de transformação da sociedade.

A questão latifundiária está econômica e culturalmente imbricada na gênese da sociedade brasileira, o que faz com que a estrutura fundiária brasileira permaneça intacta e pouco questionada até a contemporaneidade. Tal reflexão implica na recuperação dos condicionantes do processo de colonização imposto no país, principalmente no que se refere à gênese da apropriação da terra no Brasil, na qual o país com vasta extensão territorial a ser desbravada, a distribuição da terra ocorria mediante a capacidade de produção, o que favoreceu as elites dominantes da época.

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão e ocupação do território habitado pela população indígena originária, posteriormente pela escravidão e pela produção do território capitalista. No processo de formação de nosso país, as lutas de resistência começaram com a chegada do colonizador europeu, no século XV, desde quando os povos indígenas buscaram formas de resistir ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas.

Essas particularidades do processo colonial determinaram os traços principais dos problemas fundiários do Brasil: a formação de grandes latifúndios ao lado de um grande contingente de trabalhadores rurais que não tem acesso a terra. Desta forma, essas disparidades contribuem para que os trabalhadores rurais se organizem para reivindicar os seus direitos ao acesso a terra, como por exemplo, o MST.

Nesse sentido, o MST pode ser interpretado como movimento social que se origina inspirado na linha revolucionária fundada no marxismo. Este movimento social tem como principal objetivo a luta pela terra, visando pressionar o poder público para que os direitos das famílias sem-terra sejam atendidos. Este movimento tem atuado nas mais diversas regiões do país, tencionando os conflitos fundiários e pautando a questão da

Reforma Agrária na agenda política nacional, sendo importante enfatizar a luta pela garantia das políticas sociais para fortalecimento do meio rural brasileiro.

O MST tem como principal instrumento de reivindicação a luta social. A mais conhecida forma de luta do Movimento são as ocupações de terra, quando um grupo de famílias Sem Terra ocupa alguma área, pública ou privada, que não esteja cumprindo com sua função social, e a reivindicam para que seja destinada para fins de Reforma Agrária, bem como designa a Constituição Federal. Há, ainda, diversas outras formas de lutas e mobilizações protagonizadas pelo MST com o objetivo de pressionar o poder público para que os direitos das famílias Sem Terra sejam atendidos, como marchas, atos políticos, ocupações de prédios públicos, trancamento de rodovias, entre outros.

É importante destacar a importância do MST, em tempos de hegemonia política do agronegócio, como um movimento impulsionador da disputa por outras formas de organização, seja a partir das lutas políticas e sociais, da organização dos acampamentos e assentamentos, pela reconfiguração dos espaços de produção e trabalho, pela disputa por políticas públicas e sociais, que alterem a correlação de forças em direção à ruptura do modelo hegemônico.

Aqui, torna-se importante e necessária à compreensão das relações entre luta política, luta pela terra e política social. Em tempos de crise econômica, os cortes de gastos sociais impactam diretamente os trabalhadores pobres, e de maneira agudizada, aos trabalhadores rurais.

Desta forma, os movimentos sociais trazem na sua gênese a característica de contestação da realidade na qual estão inseridos, e organizam-se para promover a ruptura de uma situação de exploração de uma classe sobre outra. Entretanto, historicamente o modo de produção capitalista sempre combateu de forma impiedosa qualquer tipo de organização que viesse contestar as relações materiais de produção reproduzidas pela lógica do sistema, na qual é sustentado pela exploração da força de trabalho da classe desprovida dos meios de produção.

Os movimentos sociais que questionam a concentração de terras nas mãos da minoria não é algo novo na história do Brasil. É a continuidade das lutas camponesas pelo acesso a terra, ao trabalho e à cidadania. O modelo de desenvolvimento agropecuário implantado desde a década de 1960, gerou a intensificação da concentração fundiária, a expropriação e a expulsão de milhões de famílias. Nesse processo de exclusão, os trabalhadores intensificaram o processo de luta pela terra. A elaboração e não realização

de políticas de Reforma Agrária, como o Estatuto da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária, são partes desse conjunto de fatores condicionantes. Assim, quanto mais se intensificam e renovam a expropriação e a exploração, crescem, por outro lado, as possibilidades e formas organizadas de resistência.

Sendo assim, o objetivo do artigo é analisar os movimentos sociais sob o prisma do marxismo tendo como referência o movimento social MST, uma vez que se refere a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e opressão sociopolítica e cultural. Para tanto, no primeiro tópico iremos abordar a perspectiva marxista nos movimentos sociais e no segundo tópico contextualizar o MST, correlacionando este movimento a uma análise marxista.

## **1 A Abordagem Marxista dos Movimentos Sociais**

Embora a teoria marxista não tenha abordado a questão dos movimentos sociais em si, pois os estudos marxistas, sobretudo os clássicos, priorizam as discussões sobre os movimentos operários, a partir de sindicatos e partidos e da relação entre ambos, é possível realizar uma análise da perspectiva marxista nos movimentos sociais porque estes são intrínsecos à relação entre capital e trabalho e à luta de classes.

Segundo Gohn (2012, p.171) a análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não estuda as revoluções em si, mas os processos de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação têm as revoluções como parte do processo, pois quando ocorre à ruptura da ordem dominante, rompe com a hegemonia do poder das elites.

Sendo assim, a autora considera que o estudo dos movimentos sociais sob a abordagem marxista tem centralidade nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais, antagônicas, presentes no processo de produção. As mudanças são sempre concebidas como fruto das contradições geradas pela oposição entre capital e trabalho, que contrapõem respectivamente a burguesia e o proletariado em luta de classes.

Na compreensão de Gohn (2009), Marx e outros autores do pensamento marxista influenciaram uma das grandes correntes que articula sobre os movimentos sociais, a corrente histórico-estrutural. Por meio de seus estudos do movimento dos trabalhadores e enfatizando a transformação social que os proletários conseguiriam caso estivessem organizados em formas de resistência anti-capital.

A autora afirma que se deve reconhecer que o marxismo, aplicado ao estudo dos movimentos sociais operários e não-operários, não é apenas uma teoria explicativa, mas também uma teoria aos próprios movimentos. Por isto, muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação, porque elas estão voltadas não apenas ao entendimento analítico dos problemas envolvidos, mas estão refletindo a prática, que se tornará práxis histórica.

Vale destacar que a autora também considera que nos estudos marxistas contemporâneos os estudos dos movimentos sociais não surgem espontaneamente, o que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto às bases sociais, mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos, como por exemplo, o MST que decorre da luta pela terra.

Em continuidade ao debate dos movimentos sociais a partir da análise marxista, os autores que seguem esta perspectiva, fundamentam os movimentos sociais como resultado da contradição existente entre capital e trabalho, com base na luta de classes. Assim, os movimentos sociais decorrem do conflito entre as classes sociais, tendo uma dimensão coletiva e não individual, que visam à transformação da sociedade por meio da supressão do capitalismo.

Ressalta-se que, na produção teórica de Marx, não existe uma discussão sobre a teoria dos movimentos sociais. Contudo, Marx ao elaborar o método dialético, forneceu uma ferramenta intelectual imprescindível para a análise da realidade e, por conseguinte, para a análise dos movimentos sociais e constituição de uma teoria sobre eles. É possível depreender que muitos dos conceitos desenvolvidos pelo autor em questão, podem ser aplicados aos movimentos sociais, principalmente, se pensarmos no desenvolvimento do conceito de transformação social – característica dos movimentos sociais.

O conceito transformação social desenvolvida por Marx inspirou o desenvolvimento das teorias dos movimentos sociais, assim, como afirma Warren *apud* Gohn (2002, p. 176):

Marx foi um dos mais importantes criadores de um projeto de transformação radical da estrutura social, projeto este de superação das condições de opressão de classe. Para sua realização, além do amadurecimento de condições estruturais propícias, exige-se também uma práxis revolucionária das classes exploradas. A efetivação desta práxis, porém, requer a formação da consciência de classe e de uma ideologia autônoma de forma organizada, para as quais sugere o partido de classe (WARREN *apud* GOHN, 2002, p. 176).

A ideia da união de pessoas da mesma classe, como instrumento de transformação social é uma forma de aplicar o pensamento de Marx aos movimentos sociais da contemporaneidade. Tem-se, então, que a contribuição de Marx está, sobretudo, no método desenvolvido para analisar a sociedade capitalista, o materialismo histórico dialético, afinal, para se compreender o movimento social é indispensável que se compreenda a sociedade onde esse se origina e se desenvolve sociedade fundada na ordem capitalista.

## **2 Histórico do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil**

No Brasil, a luta pela terra é uma luta popular e a Reforma Agrária é uma política pública de competência do Estado. A luta pela reforma agrária é compreendida por duas manifestações políticas principais: a ocupação da terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso a terra no Brasil e as mobilizações de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado a adotar políticas de créditos, educação e moradia e outros benefícios públicos. O avanço da luta pela terra tem mantido a reforma agrária na pauta política do Estado. Todavia, até o momento, o Estado não tem sido competente para efetivar uma política de Reforma Agrária que seja capaz de desconcentrar a estrutura fundiária.

A Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os Latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral.

Segundo Carter (2010, p.162) o Estado tem tratado a questão agrária apenas com políticas conjunturais, conforme o poder de mobilização dos movimentos camponeses. A razão dessa atitude deve-se ao controle político do Estado pelos ruralistas, que têm impedido o desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil. Esse monopólio político determinou as condições para que a modernização da agricultura mantivesse a estrutura fundiária concentrada.

Segundo a linha argumentativa do autor, entre o fim do século XIX e início do século XX surgiram movimentos camponeses conhecidos como “messiânicos”, assim surgiu Canudos, com Antônio Conselheiro; o Contestado, com Monge Maria; as lutas do Cangaço, com Lampião, e outras lutas regionalizadas em cada estado. Na década de 1950 a 1964, é a fase do movimento camponês organizado como classe. Foi quando se desenvolveram as Ligas Camponesas, entretanto esses movimentos foram massacrados pela ditadura militar, e seus líderes, assassinados ou presos.

No período compreendido entre os anos de 1940 e 1964, os trabalhadores rurais começaram a se organizar através de encontros e congressos camponeses, em lutas de resistência pela conquista da terra. Lutas em defesa da posse da terra, ocupações para conquistar a terra; ações expropriatórias, expulsões, assassinatos: diferentes formas de violência contra os trabalhadores; reação e revolta, migração, grilagem praticada por fazendeiros e grandes empresas - muitas vezes com a complacência do Estado - greves, reivindicações, fundação de associações, de sindicatos, de federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, foram as principais características da resistência dos trabalhadores rurais.

A constância dessas lutas em todo o território nacional é um exemplo do avanço da formação camponesa nessa época. Estas foram as lutas na construção das experiências das Ligas Camponesas, do Movimento dos Agricultores Sem-Terra e da União dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil.

De acordo com Carter (2010) a ditadura militar instaurada em 1964 foi crucial no sentido de reafirmar o poder político da classe latifundiária, pois no mesmo ano do golpe militar, o novo governo elaborou o Estatuto da Terra. Essa foi a primeira lei de reforma agrária na história do Brasil. O objetivo do governo não era aplicar a lei, mas, sim, controlar os conflitos por terra. O governo militar tentou minimizar os conflitos de terra com a implantação de projetos de colonização na Amazônia, mas essa política de fomentar a migração camponesa não diminuiu os conflitos por terra nas regiões Sul,

Sudeste e Nordeste do país. Desde seu início, o regime militar reprimiu com violência as ações dos trabalhadores que reivindicaram seus direitos, como acesso à terra e melhores condições de trabalho.

Desta forma, o MST surge em um contexto de decomposição do regime militar e de crescente mobilização social por uma abertura política. De acordo com Morissawa (2001) o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma continuidade das lutas históricas do movimento camponês em nosso país.

O autor considera que na década de 1970, o Estado do Paraná foi marcado pela expulsão dos camponeses de suas terras, no prazo de dez anos foram cem mil pequenos proprietários rurais que sofreram com a expulsão devido a mecanização da agricultura, pois no período da ditadura militar procuraram levar o desenvolvimento ao campo apoiados pelo capital estrangeiro, forneciam crédito rural subsidiado para as grandes propriedades, entregavam as terras públicas apenas para as grandes empresas. Como resultado dessa política, milhares de trabalhadores que antes trabalhavam como meeiros, arrendatários, posseiros perderam a oportunidade na terra, e com a construção da Hidrelétrica de Itaipu a situação agravou, pois levou a desapropriação de mais de doze mil famílias. Como decorrência dessas situações supracitadas, iniciaram ações de trabalhadores rurais em acampamentos que davam acesso a Hidrelétrica como forma de protesto.

No início da década de 80, começaram a acontecer as ocupações de forma massiva. Essas lutas isoladas, em quase todos os estados do país, passaram a constituir um movimento articulado pelos camponeses sem terra do Brasil, que ganhou o nome de MST. O 1º Congresso com a palavra de ordem "Sem reforma agrária não há democracia", em 1985, reuniu 1.500 delegados e foi criada a Coordenação Nacional do MST, com representantes de treze estados do Brasil.

Ainda segundo Carter (2010), o MST teve quatro momentos da sua formação e tais fases foram forjadas tanto por determinação das decisões das instâncias políticas do MST quanto pela mudança na conjuntura brasileira e global. O primeiro período é a gestação do MST (1979-1984), depois de 15 anos de forte repressão política da ditadura militar, os trabalhadores do campo e da cidade lutaram intensamente para reconstruir a democracia e reconquistar direitos. No campo, tiveram várias experiências de luta pela terra que formaram o MST. A resistência dos posseiros na Amazônia, por intermédio dos sindicatos de trabalhadores rurais e as ocupações de terra em diversas regiões do país,



incluindo o Sul e o Nordeste, contribuíram para recolocar na agenda pública a reforma agrária, que havia sido sufocada com o golpe militar de 1964.

O segundo período é o chamado período de consolidação (1985-1989), que se caracteriza pela ampliação das ações do movimento em escala nacional, por meio de seu estabelecimento em todas as regiões do país e a configuração de sua estrutura organizativa. Durante esse período, o MST se territorializou em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste do país, além de Centro-Oeste, Região Amazônica, e nos estados de Goiás e Rondônia. No Sudeste, o MST estruturou-se formalmente em São Paulo, em 1984, e organizou suas primeiras ocupações de terra no Espírito Santo, em 1985, e em Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, a partir de 1987.

O MST começou a atuar no Rio de Janeiro em 1985, mas teve de suspender suas atividades no estado em 1987 por problemas de organização interna. O Movimento só voltaria a se reorganizar no Rio de Janeiro a partir de 1993. No Nordeste, o MST começou seu trabalho de base no sul da Bahia, logo após o 1º Encontro Estadual do Movimento, celebrado em 1986, e realizou sua primeira ocupação em 1987, no antigo município de Prado, em uma área da Companhia Vale do Rio Doce utilizada parcialmente para a plantação de eucaliptos. No mesmo ano, o MST realizou suas primeiras ocupações nos estados de Alagoas e Sergipe. As primeiras ocupações de terra do MST na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará e no Piauí ocorreram em 1989 (CARTER, 2010).

É importante destacar que a formação permanente de lideranças que fortaleceram a organicidade e garantiram a territorialização do MST, em uma rede em escala nacional e organização de autonomia política, com a construção de uma tradição de resistência camponesa, o que explica o processo de consolidação do MST. No fim desse período, o Movimento se encontrava substancialmente fortalecido e preparado para resistir às diversas formas de repressão do Estado que viriam na fase posterior.

O terceiro período é de institucionalização (compreende a década de 1990 até o momento presente). Neste período, o MST se torna o principal interlocutor do governo federal a respeito da Reforma Agrária e passa a ser reconhecido internacionalmente. Sobre este período, tem-se ainda que durante o governo Collor, o Estado reprimiu violentamente o MST, invadindo secretarias e prendendo lideranças em diversas regiões do país.

A era Collor restringiu seu processo de territorialização ao forçar o Movimento a diminuir o número de ocupações. Nesses anos, o MST investiu na organização interna dos assentamentos, forjando um sistema cooperativista e ampliando as atividades nesses territórios. Mesmo com diversas dificuldades, essas ações internas acabaram fortalecendo o MST. Com o fim do governo Collor, o Movimento apresentou ao novo presidente um conjunto de medidas para tornar viável a reforma agrária e desenvolver a agricultura camponesa, mediante uma política de crédito e a criação de infra-estrutura social nos assentamentos. Nas eleições de 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso foi eleito e reeleito presidente. Em seu primeiro mandato, Cardoso realizou a mais ampla política de assentamentos rurais na história do Brasil. No segundo mandato, o governo Cardoso mudou de estratégia e desenvolveu uma política agrária mais repressiva, criminalizando a luta pela terra, ao mesmo tempo em que desenvolveu uma política de mercantilização da terra (CARTER, 2010).

Nesse período, o MST ampliou sua estrutura organizativa, criando uma rede de cooperativas, escolas, centros de formação e pesquisa, passando por questões de gênero e cultura à agroecologia e aos direitos humanos. Foi apenas em meados da década de 1990 que o MST se tornou amplamente conhecido no Brasil e no exterior.

O quarto momento na formação do MST inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação e o fortalecimento da Via Campesina. A nova conotação internacional da luta pela Reforma Agrária, a partir da segunda metade da década de 1990, ganha força com o surgimento da Via Campesina e a disputa em torno da política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial.

Segundo Carter (2010, p.186) o surgimento da Via Campesina fortaleceu os movimentos camponeses, desenvolvendo lutas conjuntas em escala mundial. No Brasil, ela é formada por MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A Via Campesina defende a soberania alimentar como direito dos povos e seus países. Ela tem promovido também uma Campanha Global pela Reforma Agrária, que alcançou reconhecimento em diversos âmbitos, como organizações camponesas, ONGs governos e organismos internacionais. Essa campanha tem fortalecido a resistência internacional às políticas de mercado de terras do Banco Mundial. A entidade também

defende o desenvolvimento rural com base na unidade familiar e na promoção de práticas agroecológicas, a fim de garantir a biodiversidade e a proteção dos recursos genéticos.

É importante compreender a formação do MST e sua história, visando entender as suas reivindicações e cujos objetivos estão manifestos nos documentos que orientam a ação política do MST: garantir trabalho para todas (os), garantir a distribuição de renda, alimentação farta e de qualidade para a sociedade brasileira. Ademais, busca ainda a igualdade de direitos, difundirem a prática de valores humanistas e socialistas, eliminarem as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero e propõe a preservação e recuperação dos recursos naturais.

Desta forma, o MST se legitima quando assume a bandeira de luta pela transformação do atual modelo agrícola como caminho para garantir trabalho, renda, produção de alimentos para mercado interno, soberania alimentar e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário para o nosso país.

Sendo assim, é importante realizar uma análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo, porque se refere a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural, como é o caso do MST. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação.

O paradigma marxista aplicado à análise dos movimentos sociais tem sido visto, de uma forma generalizada, erroneamente, como sinônimo de análise do movimento operário, conforme afirma Galvão (2011). A autora complementa, ainda, que a teoria marxista, a despeito de seu interesse pelo estudo do movimento operário, não desenvolveu muito a temática dos movimentos sociais. As contribuições dos autores vinculados a essa abordagem, sobretudo os clássicos, priorizaram a discussão sobre as formas partido e sindicato, e a relação entre ambas. Nesse sentido, o movimento operário era o movimento social por excelência, de modo que a noção de movimento social estava vinculada à condição de classe e à luta entre capital e trabalho.

A autora também afirma que a classe trabalhadora em suas diferentes formas e frações, ainda é o agente que na sociedade burguesa se coloca em marcha, pois estão envolvidos, pelo local que ocupam na divisão do trabalho, em diversas formas de opressão e exploração. O que não significava que a composição dos movimentos seja homogênea,

[...] os movimentos não são necessariamente uniclassistas, mas pluriclassistas (ou policlassistas), já que estamos considerando classes em sentido amplo, incluindo classes médias e camponeses no âmbito das lutas dos trabalhadores. Como as classes não são homogêneas, os movimentos também não o são, nem do ponto de vista de sua composição, nem de suas demandas (GALVÃO, 2012, p. 240).

No entanto, uma análise dos movimentos sociais ancorada na teoria marxista, não pode perder de vista que é a classe trabalhadora em suas diferentes formas e frações, o ator central na luta na sociedade capitalista.

Os movimentos sociais constituem, pois, modos de contestação contra as diferentes formas de exploração e dominação que emergem no capitalismo contemporâneo, mas, justamente por emergir no capitalismo, a vinculação com o trabalho – fonte de valor – constitui um elemento central para a análise marxista dos movimentos sociais (GALVÃO, 2012, p. 256).

É importante destacar que o conceito de luta de classes não se restringe apenas aos sujeitos encontrados na sociedade industrial, ou seja, burgueses e proletários; contudo, as lutas e as pautas reivindicadas pelos movimentos sociais emergem na sociedade capitalista e buscam responder à suas diversas formas de exploração e opressão.

Sendo assim, se estamos falando da sociedade capitalista, cujo seu fundamento é a produção e a acumulação de valor, os setores que vivem do trabalho não podem de maneira alguma ser descartados da análise dos movimentos sociais. Assim, vamos recuperar o conceito de classe social e de luta de classes para fazer referência a um movimento social importantes na história recente do país: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A noção de classe social deve ainda estar presente nas análises dos movimentos atuais, “ainda que nem todas as reivindicações sejam de classe, e nem todos os conflitos sejam anti-capitalistas, essas reivindicações e conflitos podem se articular, de diferentes maneiras, com as reivindicações de classe“ (GALVÃO, 2010, p. 16).

No caso do MST, o pertencimento de classe e a luta de classes ficam evidentes, por toda a sua história e por afrontar interesses de uma classe e suas frações identificadas pelo próprio movimento: a classe dominante. O processo capitalista que fez com que se consolidasse um modelo de acumulação no campo pautado por grandes latifúndios em mãos de empresas transnacionais e pela lógica do agronegócio alterou radicalmente as condições do trabalhador rural, e potencializando a luta do MST.

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação

da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes.

Ainda de acordo com Galvão (2008, p.10) os movimentos sociais latino-americanos que se fortaleceram na década de 1990, têm a contraposição ao projeto neoliberal como uma característica comum dos movimentos então em ascensão. A autora considera que não devemos ignorar a existência de outros aspectos, mas a reação ao neoliberalismo de fato motivou intensas mobilizações em vários países da América Latina: “[...] são movimentos que reagem ao desemprego, à precarização e à pobreza, exprimindo o descontentamento com as falsas promessas do neoliberalismo e com o slogan da modernidade” (GALVÃO, 2008, p.10).

Com relação ao MST, a política neoliberal bloqueia as possibilidades de acomodar os ex-camponeses e assalariados rurais nas cidades. Impossibilitados de encontrar um emprego, mesmo que no setor informal, estes se juntam ao MST. O mesmo acontece com os desempregados urbanos, ao verem negadas as oportunidades de se reintegrar à empresa ou de serem “requalificados” e transferidos a uma outra ocupação. Nesse sentido, as consequências das políticas neoliberais, no campo e nas cidades, acabam fornecendo uma base social para a expansão do MST (COLETTI, 2002).

A autora também afirma que os movimentos latino-americanos, embora possam abordar questões étnicas e de minorias, ultrapassam em muito os propósitos meramente culturais e limitados à esfera da sociedade civil. Assim, “Esses movimentos caracterizam-se pela luta por direitos econômicos, como acesso à terra, garantia de trabalho ou benefícios sociais; e políticos como o direito à participação política” (GALVÃO, 2008, p. 10).

Desta forma, é perceptível que os movimentos sociais no Brasil são/foram fortemente influenciados pelo marxismo, sendo a luta do MST um movimento social, observando sua reivindicação específica, que, no entanto, expressa a contradição econômica e social presente na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma similitude na busca de igualdade, nas atuais lutas por terra, como também, na luta que

Karl Marx e Friedrich Engels travaram. Assevera-se ainda que haja uma expressiva utilização de ideias marxistas no ideário político do MST.

Na perspectiva teórica de Galvão (2008, p.15) o marxismo faz diferença (ou importa) na análise dos movimentos sociais ao buscar a relação entre ideologia e classe, entre política e economia. A autora considera que compreender o posicionamento de classe requer a análise das condições materiais, do impacto da ideologia dominante, da relação com as outras classes. O movimento social não é fruto de uma oportunidade política desconectada da base econômica, a ação política não está desvinculada de interesses materiais. Trabalhar com as contradições de classe ajuda a compreender os conflitos, as resistências dos dominantes à ação das classes dominadas, sobretudo quando elas são capazes de desvelar e apontar para as causas da desigualdade e da exploração.

### **Considerações Finais**

Em síntese, a proposta do objetivo do artigo foi de analisar os movimentos sociais sob o prisma do marxismo tendo como referência o MST e buscando estabelecer uma relação entre a abordagem marxista de análise e apreensão dos movimentos sociais e o desenvolvimento deste movimento social organizado no Brasil.

Indica-se, a partir da recuperação teórica realizada, que Marx foi um autor que ofereceu uma inestimável contribuição para a constituição de uma teoria dos movimentos sociais, com, por exemplo, o conceito de transformação social. Dentro da transformação social pensada por Marx, existe uma classe capaz de mudar a dinâmica social da sociedade capitalista. Nesse sentido, a situação de opressão só cessaria quando ocorresse a revolução da classe operária, que aboliria o capitalismo, uma vez que ela produz toda a riqueza da sociedade e não lucra com isso. Além da questão da transformação social, foram abordados outros temas no decorrer do apanhado dos paradigmas dos movimentos sociais. Dentre esses temas, está à questão da união de pessoas com objetivos em comum, o que na obra de Marx se trata das classes sociais, e nos movimentos sociais, são os grupos sociais.

Por fim, o que se pode concluir é que nos movimentos sociais existe muita influência do pensamento de marxista, mesmo que o autor não tenha um estudo diretamente ligado a essa categoria sociológica. Porém Marx abordou em seus estudos, a ação coletiva e a transformação da sociedade, e mesmo não sendo tal qual corre nos

movimentos sociais, são categorias basilares para o desenvolvimento dos seus paradigmas.

## Referências

CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

COLETTI, C. Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal. **Ideias**, n. 9, 2002.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 32, 2011.

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO, A.; GALVÃO, A. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

GALVÃO, A. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, jul./dez., 2008.

GALVÃO, Andréia. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2008.

GALVÃO, A. Os movimentos sociais da América Latina em questão. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 6., 2008, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2002.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.